



# EDITAL

## CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 004/2025

**CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA ESTRUTURAÇÃO  
E REALIZAÇÃO DE LEILÕES ELETRÔNICOS.**

**PERÍODO DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO:** Início: 12 de novembro de 2025, às 09h (Horário de Brasília) através da plataforma Licitar Digital, e término 12 de novembro de 2027, às 09h (Horário de Brasília).



**PROCESSO Nº:** 134/2025

**CREDENCIAMENTO Nº:** 004/2025

**INEXIGIBILIDADE Nº:** 058/2025

LEI 14.133/2021 – INC. IV DO ART. 74, EM  
CONJUNÇÃO COM O INCISO I DO ART. 79 E  
O § 1º DO ART. 31.

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins, nos termos do art. 69  
§1º da Lei Orgânica Municipal, que o Edital de  
Credenciamento nº. 004/2025 foi publicado no  
quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Barão  
de Cocais.

Janaína das Graças Faria Maciel  
Matrícula 133175

**OBJETO:** Credenciamento de Leiloeiro Oficial para serviço de estruturação e realização de leilões, eletrônicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis e/ou antieconômicos à Prefeitura Municipal de Barão de Cocais/MG, incluindo nessa contratação o levantamento dos bens, avaliação, elaboração e publicação do edital, divulgação (propaganda e marketing) e realização do leilão, bem como organização e emissão de todos os procedimentos dele decorrentes, tais como: atas, relatórios, recibos de arrematação e conclusão, sempre em conformidade com a legislação pertinente, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 0,00 (zero reais).

Será segurado aos Leiloeiros credenciados, quando da participação no leilão, um percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos bens arrematados, conforme determinado no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981, de 1932 (com redação dada pelo Decreto nº 22.427, de 1933), garantindo uma remuneração justa e equitativa pelos seus serviços.


O valor a ser pago pela prestação dos serviços, objeto deste edital, foi estabelecido no Decreto nº 711, de 15 de setembro de 2025, constante no Anexo II do Termo de Referência (Anexo I do edital).

### **PERÍODO DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO:**

**Início:** 12 de novembro de 2025

**Término:** 12 de novembro de 2027

### **INFORMAÇÕES DE CONTATO:**

 (31) 3837-5504, 3837-5505, 3837-7657, 3837-7680, 3837-7662.

 [agentedetratacao@baraodecocais.mg.gov.br](mailto:agentedetratacao@baraodecocais.mg.gov.br)

 **PARA MAIS INFORMAÇÕES E CONSULTAS**

 **MANUAL E INSTRUÇÕES PARA ENVIO DAS PROPOSTAS**

 **LINK PARA A PLATAFORMA DE LICITAÇÃO**



## Sumário

PREÂMBULO .....	4
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO .....	4
2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA SECRETARIA .....	4
3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	4
4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO .....	5
5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	5
6. CLÁUSULA SEXTA - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL .....	6
7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO .....	6
8. CLÁUSULA OITAVA – DA HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO .....	13
9. CLÁUSULA NONA – DA FASE DE JULGAMENTO .....	18
10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS .....	20
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCREDENCIAMENTO .....	21
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO .....	22
13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO .....	22
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL .....	23
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO .....	23
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....	23
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CREDENCIAMENTO .....	23
18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	23
19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO .....	24
20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	24



## PREÂMBULO

Torna-se público que o Município de Barão de Cocais/MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 10, Bairro Centro, Anexo Administrativo “Alexandre Nunes Silva”, Barão de Cocais-MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.317.685/0001-60, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, realizará processo de INEXIGIBILIDADE, utilizando o procedimento auxiliar CREDENCIAMENTO, nos termos do [art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 711/2025 e alterações subsequentes e demais normas aplicáveis.

O procedimento auxiliar de Credenciamento será realizado na **Plataforma de Licitações - Licitar Digital** (<https://licitar.digital/>) - **ID: 82790**.

A Sessão Pública será conduzida pela Agente de Contratação/Pregoeira Larissa Stefane Gonçalves Santos e de Apoio integrada pelas Servidoras Isabelly Quésia Viegas Lima e Patrícia Elaine Soares, nomeados através da [Portaria nº 1.134, de 07 de outubro de 2025](#).

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é Credenciamento de Leiloeiro Oficial para serviço de estruturação e realização de leilões, eletrônicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis e/ou antieconômicos à Prefeitura Municipal de Barão de Cocais/MG, incluindo nessa contratação o levantamento dos bens, avaliação, elaboração e publicação do edital, divulgação (propaganda e marketing) e realização do leilão, bem como organização e emissão de todos os procedimentos dele decorrentes, tais como: atas, relatórios, recibos de arrematação e conclusão, sempre em conformidade com a legislação pertinente, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, c/c com o artigo 79, inciso I da Lei 14.133/2021.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA SECRETARIA

2.1. **Secretaria Solicitante:** Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. O procedimento ocorrerá eletronicamente via Internet, garantindo-se criptografia e autenticação em todas as fases.



3.2. Servidores da Prefeitura Municipal de Barão de Cocais/MG, denominados Agente de Contratação e Equipe de Apoio, conduzirão os trabalhos. Eles serão responsáveis por inserir e monitorar dados no site <https://licitar.digital/>.

3.3. O Edital e seus Anexos estarão disponíveis gratuitamente nos seguintes locais:

- ✓ Site da Prefeitura Municipal de Barão de Cocais: <https://www.baraodecocalis.mg.gov.br/licitacoes>.
- ✓ Plataforma Licitar Digital: <https://licitar.digital/>. ID: 82790
- ✓ Superintendência de Licitações da Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, nos dias e horários comerciais, a partir de sua publicação.

3.4. A Superintendência de Licitações está localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 10, Bairro Centro, Barão de Cocais/MG. Seu horário de funcionamento é das 08h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30.

3.5. Alterações no Edital, como erratas ou adendos, podem ser consultadas nos sites <https://licitar.digital/> e <https://www.baraodecocalis.mg.gov.br/licitacoes>.

3.6. O interessado é responsável por verificar os avisos nos sites mencionados e por acessar o e-mail informado no cadastro para se manter atualizado sobre o processo.

3.7. Avisos ou informações podem ser disponibilizados na aba “Avisos do processo” ou “Solicitações” na plataforma Licitar Digital. O interessado deve acompanhar tais mensagens ativamente e não pode alegar desconhecimento.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento poderá ser realizado pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação deste Edital, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observando-se ainda as demais condições previstas neste instrumento.

4.1.1. Haverá republicação do edital, com periodicidade não superior a 12 (doze) meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento.

4.1.2. O Termo de Credenciamento oriundo do presente processo terá validade de 24 (vinte e quatro) meses.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Não haverá despesa decorrente da presente contratação, considerando que o valor estabelecido para a contratação é de R\$ 0,00 (zero) reais, conforme Decreto nº 711, de 15 de setembro de 2025.



## 6. CLÁUSULA SEXTA - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos relativos a este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **exclusivamente** pelo site <https://licitar.digital/>.

6.2.1. Em caso de impossibilidade técnica, **devidamente comprovada**, do envio de pedido de esclarecimento pela plataforma digital, o mesmo poderá ser encaminhado pelo e-mail [agentecontratacao@baraodecocaismg.gov.br](mailto:agentecontratacao@baraodecocaismg.gov.br).

6.3. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial do Município e na Plataforma Licitar Digital.

6.4. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste credenciamento.

6.5. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo.

6.6. Os esclarecimentos serão respondidos pelo Agente de Contratação, com apoio da Secretaria requisitante e da Procuradoria Geral do Município, quando for o caso, e disponibilizados no <https://licitar.digital/> e no Portal do Município [www.baraodecocaismg.gov.br](http://www.baraodecocaismg.gov.br) - a todos os interessados, juntamente com o inteiro teor dos pedidos formulados.

6.7. É de exclusiva responsabilidade do interessado a obtenção de Adendos e/ou Esclarecimentos, não podendo alegar desconhecimento em relação às informações disponibilizadas relativas ao Edital.

6.8. A entrega da documentação, sem solicitação prévia de esclarecimentos sobre este Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6.9. Compete ao interessado fazer um minucioso exame do Edital e Anexos, das normas e especificações, de modo a poder apresentar, por escrito, todas as divergências, dúvidas ou erros porventura encontrados.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

7.1. Os interessados em participar do credenciamento devem seguir os seguintes passos:

7.2. **Acesso à Plataforma:** Primeiramente, acesse a plataforma de credenciamento eletrônico pelo endereço <https://licitar.digital/>.



7.3. **Inscrição:** Na plataforma, procure pela opção "Adesão" e, em seguida, clique em "Adesão fornecedor".

7.4. **Senha de Acesso:** Após o registro, uma senha de acesso será gerada, permitindo que os participantes entrem na área reservada da plataforma.

7.5. **Seleção do Edital:** Uma vez logado, o participante deve buscar e selecionar o edital de interesse.

7.6. **Envio de Documentação:** Após a seleção do edital, é essencial enviar a documentação solicitada e especificar os serviços para os quais se deseja obter o credenciamento.

7.7. **Solicitação de Participação:** Finalize o processo solicitando oficialmente sua participação no credenciamento.

7.8. **Suporte e Dúvidas:** Caso surjam dúvidas ou problemas durante o processo de cadastro na plataforma, entre em contato diretamente com a equipe de suporte da Licitar Digital.

7.9. Poderão participar do credenciamento os leiloeiros, devidamente inscritos na Junta Comercial, de acordo com o disposto no Capítulo III, da Instrução Normativa nº 52 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), de 29 de julho de 2022 e que atenderem a todas as exigências do Edital e seus anexos.

7.10. Os interessados em participar do presente credenciamento deverão encaminhar os documentos necessários até a data limite estabelecida neste instrumento.

7.11. O procedimento será divulgado na Licitar Digital, no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e no Portal Oficial do Município.

7.12. O interessado assume total responsabilidade por todas as transações efetuadas em seu nome, seja diretamente ou por intermédio de representante. Qualquer uso indevido das credenciais de acesso, inclusive por terceiros, recai exclusivamente sobre o participante, isentando completamente o provedor do sistema e o órgão ou entidade promotora do credenciamento de qualquer responsabilidade ou dano decorrente deste uso indevido.

7.13. O interessado deve manter seus dados cadastrais precisos e atualizados nos sistemas mencionados neste instrumento, assegurando assim a transparência e uma comunicação eficaz com a Administração.

7.14. A inobservância da cláusula anterior poderá resultar na desclassificação do participante, pois dados imprecisos ou desatualizados comprometem a equidade do processo e podem originar contratemplos operacionais e procedimentais.

7.15. Não poderão participar deste procedimento:

7.15.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





7.15.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo deste processo, impossibilitada de participar de credenciamento em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.15.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.15.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.15.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.15.6. agente público do órgão ou entidade credenciante;

7.15.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa do **Anexo I** – Termo de Referência;

7.15.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.15.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. O impedimento de que trata o item 7.15.2 será também aplicado ao credenciado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do credenciado.

7.17. A vedação de que trata o item 7.15.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.18. No cadastramento da proposta inicial, o interessado declarará, em campo próprio do sistema:





7.18.1. Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.18.2. Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.18.3. Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.18.4. Declaro que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

7.18.5. Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.18.6. Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste instrumento, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.18.7. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

7.18.8. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

7.19. A falsidade da declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o credenciado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

7.20. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

## **7.21. Das condições para participação no credenciamento**

7.21.1. Poderão participar deste credenciamento os leiloeiros oficiais, matriculados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, que atendam aos requisitos e com as exigências contidas no Termo de Referência, no Edital



e seus anexos, em conformidade com o disposto no Decreto Federal n.º 21.981/32 e da Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 72/2022 e pela IN DREI /ME n.º 88/2022, todas do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, assim como outras normas que, na superveniência do credenciamento, forem editadas, bem como com o disposto na Lei n.º 14.133 /2021 e suas alterações.

7.21.2. Que disponham de recursos tecnológicos necessários para a realização do leilão eletrônico, por meio de plataforma de transação, via WEB; 10.1.3. Que disponham de sistema (sítio) eletrônico para a inserção do edital de leilão na íntegra, da relação dos lotes, das fotos dos bens a serem leiloados, bem como de avisos relacionados ao assunto, devendo este sistema atender aos seguintes requisitos:

7.21.3. Adequação à disciplina da Lei Federal n.º 14.133/2021;

7.21.4. Existência de protocolos de segurança das operações e dos dados inseridos, que garantam confiabilidade das transações e sigilo na identificação dos licitantes durante a fase competitiva.

7.21.5. Os habilitados comporão o rol de Leiloeiros Oficiais aptos para a realização de leilões destinados à alienação dos bens patrimoniais sem uso ou destino específico, pertencentes ao Município de Barão de Cocais /MG;

7.21.6. O credenciamento permanecerá aberto, consoante disposições contidas no Art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei 14.133/2021.

7.21.7. Havendo o protocolo de requerimento de credenciamento por qualquer interessado, o (a) Agente de Contratação, fará a análise do requerimento de credenciamento e respectiva documentação apresentada.

7.21.8. As documentações deverão ser anexadas exclusivamente por meio da Plataforma eletrônica.

## **7.22. Das Inscrições**

7.22.1. O início do período de inscrições será a partir do dia estabelecido no Edital, podendo ser pleiteado o cadastramento pelo interessado a qualquer tempo, durante a vigência do credenciamento, definida no edital.

7.22.2. Os interessados deverão encaminhar pela Plataforma eletrônica do credenciamento, o requerimento de credenciamento preenchido (ANEXO II), acompanhado de cópias digitalizadas em formato PDF dos documentos relacionados no ITEM “X” do Edital.

## **7.23. Do sorteio para posterior contratação**



7.23.1. Caso haja mais de 01 (um) Leiloeiro Oficial habilitado, com requerimento de credenciamento deferido, será realizado sorteio entre todos, para formação de lista de classificação para posterior contratação.

7.23.2. Até que o Município desenvolva ferramenta eletrônica para o sorteio dos leiloeiros oficiais credenciados, o sorteio será manual, de forma alternada.

7.23.3. O sorteio será realizado pelo Agente de Contratação em sessão pública, mediante divulgação no Sítio Oficial do Município e na Plataforma Eletrônica do credenciamento e será filmado, ficando o vídeo disponível para acesso a qualquer pessoa interessada em assisti-lo.

7.23.4. Após a definição da ordem de classificação, havendo descredenciamento de qualquer leiloeiro oficial, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

7.23.5. O leiloeiro credenciado será convocado, obedecendo à ordem da lista de sorteio, conforme necessidade do município para realizar o leilão.

7.23.6. A ausência de resposta no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, ou negativa, será, automaticamente, excluído da lista.

7.23.7. Não haverá reconvocação de qualquer Leiloeiro Credenciado depois de convocado e recusado ou contratado uma vez para realizar o Leilão.

7.23.8. Os novos credenciados após a realização do sorteio, sucessivamente, passam a serem classificados como último entre os que ainda não realizarem nenhum leilão.

## **7.24. Da realização do sorteio**

7.24.1. Após concluída a etapa de Credenciamento dos Leiloeiros, será publicada no Sítio Oficial do Município e na Plataforma Eletrônica do credenciamento, a relação dos Leiloeiros Oficiais habilitados para o sorteio.

7.24.2. Concluída a fase recursal, os habilitados serão comunicados via Site Oficial do Município e Plataforma Eletrônica do credenciamento da data e o horário de realização do sorteio para formalização da ordem de contratação do Leiloeiro Oficial.

7.24.3. Todos os proponentes devidamente habilitados até a data da sessão participarão do sorteio destinado à definição da ordem de contratação do Leiloeiro Oficial. A data do sorteio será estabelecida pela Comissão de Leilão, que comunicará ao Agente de Contratação, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, o dia e horário designados.

7.24.4. A sessão pública para o sorteio será integralmente gravada, em áudio e vídeo, facultando-se a presença dos interessados e público em geral.



7.24.5. O sorteio será realizado na data e hora previamente informados e acontecerá independentemente da presença dos leiloeiros.

7.24.6. A mídia será anexada aos autos do Processo Administrativo, podendo ser encaminhada para visualização de qualquer interessado que a solicitar, através do e-mail [agentecontratacao@baraodecocais.mg.gov.br](mailto:agentecontratacao@baraodecocais.mg.gov.br).

7.24.7. Após a realização do sorteio será elaborada uma lista com a ordem sequencial dos Leiloeiros sorteados, que será rigorosamente seguida para a contratação, mantendo-se a sequência a começar pelo primeiro sorteado.

7.24.8. O Leiloeiro que rejeitar a designação ou estiver impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem de classificação.

7.24.9. Não haverá qualquer obrigação do Município, caso, ao encerramento do credenciamento, algum leiloeiro credenciado não venha a ser convocado para prestar os serviços, em função de sua colocação no banco de credenciados, em conformidade com os critérios estabelecidos neste instrumento.

7.24.10. O Município de Barão de Cocais/MG, poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato, por atestados, certidões, declarações e cópias de trabalhos realizados, bem como solicitar outros documentos ou revalidação dos fornecidos.

## **7.25. Da Convocação**

7.25.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela Plataforma eletrônica do credenciamento, a partir da data prevista no Edital de Credenciamento.

7.25.2. O Município convocará o credenciado selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma.

7.25.3. É dever do credenciado manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos. O e-mail para a convocação será o informado no documento do ANEXO II, preenchido pelo leiloeiro. É de inteira responsabilidade do leiloeiro o preenchimento correto das informações solicitadas, não podendo alegar ausência de recebimento do e-mail ou divergência do mesmo para a sua convocação.



7.25.4. O contrato de credenciamento será enviado a pessoa física / empresa credenciada(s) selecionada(as) pela plataforma eletrônica e ou e-mail, sendo que, deverá devolver o contrato assinado:

7.25.5. Pela plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001.

7.25.6. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo, representará a desistência do credenciado com relação ao procedimento previsto neste Edital.

7.25.7. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado no sítio eletrônico da prefeitura [www.baraodecocais.mg.gov.br](http://www.baraodecocais.mg.gov.br) e na plataforma eletrônica do credenciamento e nos demais meios em se deu a primeira publicação.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DA HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Edital para Credenciamento - Lei nº 14.133, de 2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: SET/2025 5 de 20 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meios eletrônicos, desde que seja possível comprovar sua veracidade, ou por certidão digital, conforme autorizado pela Administração.

8.6. O órgão credenciante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. Será verificado se o interessado apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico através da plataforma do licitardigital.com.br até a conclusão da fase de habilitação.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da comissão de contratação, a apresentação de novos





documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos interessados, em até 2 (duas) horas, para:

8.13.1. a aferição das condições de habilitação do interessado, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo interessado;

8.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao interessado, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

## **Exigências de habilitação**

8.17. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos de habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, conforme disposto no instrumento convocatório.

8.17.1. Os interessados em se credenciar deverão apresentar:

8.17.1.1. Modelo padronizado para SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO preenchido e assinado, conforme modelo do ANEXO II;

8.17.2. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17.3. Certidão da matrícula na Junta Comercial do Estado de MG e comprovação de habilitação leiloeiro público oficial;

8.17.4. Comprovação de idoneidade, com apresentação de certidões emitidas pelos cartórios de distribuição de seu domicílio, de natureza cível e criminal, da Justiça Estadual, e Justiça Federal, bem como dos documentos de habilitação previsto no art. 68, incisos III a VI de Lei 14.133/2021 junto ao seu domicílio; 4.17.3. Serão admitidas certidões emitidas através da internet desde que no prazo de validade;

8.18. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões e/ou documentos, sendo o seu fornecimento de inteira responsabilidade do leiloeiro oficial;





- 8.19. Não estando previsto o prazo de validade nas certidões e declarações apresentadas, considerar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição;
- 8.20. O Município realizará consultas no SICAF e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União – CEIS, Portal da Transparência, Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU com o objetivo de aferir a regularidade dos participantes;
- 8.21. Declaração do leiloeiro de que disponibilizará de toda infraestrutura por meio de recursos da tecnologia da informação para promover a modalidade eletrônica;
- 8.22. Comprovante de endereço atualizado;
- 8.23. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;
- 8.24. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no que couber.
- 8.25. Declaração que não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- 8.26. Declaração de que inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
- 8.27. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme Modelo do ANEXO V deste Termo de Referência;
- 8.28. Declaração de que dispõe da infraestrutura mínima, conforme Modelo do ANEXO IV deste Termo de Referência;
- 8.29. Declaração de que fornecerá controle informatizado dos lotes disponibilizados para o leilão, com fotos e especificações, para consulta em sítio eletrônico (internet);
- 8.30. Declaração de que possui condições para ampla divulgação da alienação, com a utilização de todos os meios possíveis de comunicação, tais como, catálogos, mídia eletrônica, impressa e telecomunicações de abrangência nacional;
- 8.31. Declaração de que exercerá o encargo pessoalmente, salvo disposto item 10.14.5 do termo de referência.

## **Qualificação Econômico-financeira**

- 8.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado.
- 8.33. Caso o Leiloeiro tenha optado pelo enquadramento fiscal como empresário individual, nos termos do artigo 58 da Instrução Normativa DRI nº 52/2022, deverá apresentar ainda, a certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

## **Qualificação Técnica**

- 8.34. Apresentação de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA para comprovação de que o proponente presta ou prestou, sem restrição, serviço de natureza semelhante ao objeto do credenciamento, ou seja, ter realizado Leilão de Bens Móveis e/ ou imóveis para a Administração Pública.



- 8.34.1. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, em papel timbrado da Administração Pública tomadora do serviço, contendo identificação do declarante, e-mail e telefone, para eventual diligência.
- 8.35. Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais;
- 8.36. DECLARAÇÃO, expedida pelo proponente, de que possui condições de realizar Leilão online, atendendo às seguintes exigências:
- 8.36.1. A descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, bem como dos lotes que não receberam lances após serem ofertados;
  - 8.36.2. Possibilitar o Leilão on-line;
  - 8.36.3. Possibilitar a realização do Leilão com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet;
  - 8.36.4. Possuir mecanismo que permita a apresentação somente de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote;
  - 8.36.5. Possibilitar que a cada lance, seja o participante informado, de imediato, do recebimento do lance ofertado;
  - 8.36.6. Possuir site próprio, como titular do domínio, ou assinatura de ferramenta compatível, que possibilite a realização de Leilão pela internet, inclusive com lances on-line, e que permita a visualização de fotos dos bens ofertados.
- 8.37. DECLARAÇÃO, expedida pelo proponente, de que divulgará o evento em endereço eletrônico, bem como em material impresso e outros meios de comunicação de grande alcance, de forma a conter, no mínimo, as seguintes informações: características dos bens, fotos, editais, contatos do leiloeiro e outros.
- 8.38. DECLARAÇÃO, expedida pelo proponente, de que todas as despesas inerentes à execução dos leilões correrão por sua conta, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do Leilão, por decisão judicial ou administrativa.
- 8.39. DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, expedida pelo proponente, de que não será devida pela Administração nenhuma comissão ao Leiloeiro;
- 8.40. DECLARAÇÃO, expedida pelo proponente, de que não é servidor, ocupante de cargo em comissão, terceirizado ou estagiário de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Direta ou Indireta do Município.
- 8.41. DECLARAÇÃO de que não se encontra inidôneo para licitar com órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e que inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação.
- 8.42. **Os arquivos anexados pelos interessados, serão exclusivamente em formato PDF, em um só arquivo em ordem cronológica da habilitação ou em vários arquivos com numeração cronológica, com nome do arquivo condizente ao seu conteúdo.**
- 8.43. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral atualizado no SICAF.



8.44. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

## Condições de Execução

8.45. Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar e Anexo I – Termo de Referência.

## 9. CLÁUSULA NONA – DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. O prazo para análise das exigências de habilitação será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo na plataforma Licitar Digital, prorrogáveis por igual período, mediante comunicado na plataforma do sistema.

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do participante, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no credenciamento, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2.1. SICAF;

9.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da CREDENCIADA.

9.4. Caso conste a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte do interessado no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.4.2. O participante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.4.3. Constatada a existência de sanção, o participante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5. Será verificado se o interessado apresentou no sistema, declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.6. Será verificado se o interessado apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



9.7. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.9. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.10. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. O Município de Barão de Cocais não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o participante será inabilitado.

9.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12. As microempresas, as empresas de pequeno porte, as sociedades cooperativas e as demais pessoas a elas equiparadas, na forma e nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e da Lei 14.133, de 2021, deverão apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

9.12.1. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da notificação do Agente de Contratação quanto à análise dos documentos de habilitação apresentados pelo requerente.



9.13. O participante inabilitado poderá, enquanto perdurar o credenciamento, entregar nova documentação, escoimadas as causas que ensejaram a inabilitação, para nova análise.

9.14. É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase do procedimento, realizar diligências destinadas a esclarecer ou a regularizar a instrução do processo, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de participantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo para apresentação de razões é de 03 (três) dias úteis, após o ato de habilitação ou inabilitação do interessado.

10.2.1. Concluído o prazo mencionado no item anterior, os demais interessados poderão apresentar as contrarrazões ao recurso em até de 03 (três) dias úteis.

10.3. A apresentação de razões e contrarrazões deverão ser encaminhadas em campo próprio da plataforma, na aba “Solicitações”.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão, ou, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. Os documentos pertinentes ao processo estarão disponíveis para consulta no Portal Oficial do Município, na seção de licitações. Atualmente, o endereço eletrônico é: <https://www.baraodecocalis.mg.gov.br/licitacoes>.

10.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, e não havendo interposição de recursos, o Agente de Contratação declarará o Leiloeiro Oficial como habilitado para o credenciamento, encaminhando o processo, devidamente instruído, para homologação do resultado pela autoridade competente.

10.9. Havendo recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente decidirá quanto ao credenciamento e homologação do procedimento.



## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCREDENCIAMENTO**

11.1. O Leiloeiro Oficial que, após estar credenciado, apresentar qualquer irregularidade na documentação necessária para manutenção do credenciamento, poderá ser descredenciado caso não regularize a documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação pelo Agente de Contratação.

11.2. A não apresentação da documentação necessária, dentro do prazo estabelecido na notificação, ensejará no descredenciamento do Leiloeiro Oficial.

11.3. O Leiloeiro descredenciado poderá pleitear novamente o credenciamento, desde que sanadas todas as causas que ensejaram o seu descredenciamento.

11.4. O pedido de descredenciamento pelo interessado, sem a aplicação de penalidades administrativas, poderá se dar antes da assinatura do Termo de Credenciamento, ou relativamente a novos termos de credenciamento com o mesmo objeto, após a contratação, as hipóteses de rescisão serão regidas pelos próprios instrumentos contratuais.

11.5. O descredenciamento por ato da administração pública poderá se dar, dentre outras hipóteses condizentes com o objeto do credenciamento:

- a) por desinteresse da administração no objeto, devidamente fundamentado no processo administrativo respectivo;
- b) por descumprimento das condições mínimas para a contratação por parte das CREDENCIADAS;
- c) pela rescisão do Termo de Credenciamento decorrente do credenciamento por culpa da CREDENCIADA;
- d) pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou Declaração de Inidoneidade.

11.6. A ausência de manutenção das condições iniciais, o descumprimento das exigências do Decreto 711/2025, do Edital, do Termo de Credenciamento ou da legislação pertinente poderá ensejar o descredenciamento do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa.

11.7. A CREDENCIADA que deixar de cumprir às exigências do Decreto 711/2025 e alterações subsequentes, do Edital de credenciamento e dos Termos de Credenciamento firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

11.8. O pedido de descredenciamento não desincumbe a CREDENCIADA do cumprimento de eventuais Termos de Credenciamento assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas a que se refere a cláusula anterior.





11.9. Será realizado o credenciamento quando houver:

11.9.1. Receber 03 (três) advertências pelo mesmo motivo;

11.9.2. Recusar-se injustificadamente, ou com justificativa não aceita pela Administração, em assinar o contrato, para a realização das atividades objeto deste edital, ou ainda, não atender à convocação para assinatura do contrato, sem manifestação;

11.9.3. Quando não mantiver as condições de habilitação para fins de credenciamento, ou deixar de atualizar a documentação, após o solicitado;

11.9.4. Tiver decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

11.9.5. For apenado com sanções de que trata o art. 156, incisos III e IV, da Lei federal nº 14.133, de 2021, com reflexos nos potenciais contratos a serem derivados do credenciamento;

11.9.6. Ter contra si aplicada a penalidade de suspensão ou destituição previstas na IN DREI nº 52, de 2022;

11.9.7. O credenciamento, como regra, não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes;

11.9.8. O credenciamento, nas hipóteses dos subitens deste documento será conduzido em processo apartado, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

11.9.9. Havendo credenciamento do leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando-se os demais.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO**

12.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Credenciamento.

12.1.1. O credenciado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Credenciamento, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

12.2. Na assinatura do termo de credenciamento será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo credenciado durante a vigência do processo.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Fica estritamente vedada a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto deste credenciamento. (art. 80 do Decreto Municipal 247/2023 e alterações posteriores, e o § 2º do art. 122 da Lei 14.133/2021).





#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

14.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO**

15.1. A CREDENCIANTE adotará os critérios de medição e estabelecerá os prazos e condições de pagamento à CREDENCIADA conforme detalhados no **Anexo I** – Termo de Referência deste Edital.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

16.1. Todas as obrigações e responsabilidades da CREDENCIANTE e da CREDENCIADA estão especificadas e detalhadas no **Anexo I** – Termo de Referência e no **Anexo IV** – Termo de Credenciamento deste Edital.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CREDENCIAMENTO**

17.1. As diretrizes para a gestão e os procedimentos de fiscalização estão detalhadamente estabelecidas no **Anexo I** – Termo de Referência deste Edital.

17.2. A fiscalização exercida pela CREDENCIANTE não isenta nem minimiza a responsabilidade da CREDENCIADA por quaisquer irregularidades, falhas ou não conformidades observadas durante a execução do objeto. Isto inclui imperfeições técnicas ou aquelas provenientes de vícios ocultos, conforme definido pelo Código Civil.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa o credenciado que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

18.1.1. Dar causa à inexecução parcial dos serviços acordados;

18.1.2. Dar causa à inexecução parcial dos serviços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços educacionais ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Dar causa à inexecução total dos serviços acordados;

18.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;

18.1.5. Não manter as condições oferecidas para o credenciamento, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



18.1.6. Ensejar o retardamento da execução dos cursos ou atividades acordadas sem motivo justificado;

18.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento;

18.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante o processo de credenciamento;

18.1.9. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os credenciados, em qualquer momento do credenciamento;

18.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste credenciamento;

18.1.11. Praticar ato lesivo previsto em legislação específica;

18.1.12. O credenciado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções aplicáveis presentes no **Anexo IV** – Termo de Credenciamento.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

19.1. O Município de Barão de Cocais poderá revogar o presente credenciamento por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à prestação dos serviços.

20.2. As normas disciplinadoras deste credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da participação entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da prestação dos serviços.

20.3. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de credenciamento.

20.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



20.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.7. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na plataforma Licitar Digital e no endereço eletrônico <https://www.baraodecocalis.mg.gov.br/licitacoes>.

20.8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.8.1. **Anexo I** – Termo de Referência

20.8.1.1.1. Estudo Técnico Preliminar

20.8.1.1.2. Solicitação de Credenciamento

20.8.1.1.3. Decreto de Fixação de Preços

20.8.1.1.4. Declaração de Grau de Parentesco e Inexistência de Vínculo

20.8.1.1.5. Declaração de Infraestrutura

20.8.1.1.6. Declaração de Cumprimento ao Disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, CF

20.8.2. **Anexo II** – Documentação Exigida para Habilitação

20.8.3. **Anexo III** – Mapa de Gerenciamento de Riscos

20.8.4. **Anexo IV** – Termo de Credenciamento

Barão de Cocais, Início: 12 de novembro de 2025

Renato Rocha Rodrigues

Secretário Municipal de Planejamento e Administração